

28/06/91

onde se baseia o sistema contabilístico da Autarquia e as dificuldades que isso traz e' sua elaboração. —
Na verdade, disse ainda, a ilustração com fotografias da actividade de determinado fecho não foi do que uma tentativa de complementação de forma e melhorar o documento. —

Posto e' votado os dois documentos em discussão - O Relatório e a Conta de Geração de um montante e noventa, foram ambos aprovados por unanimidade. —

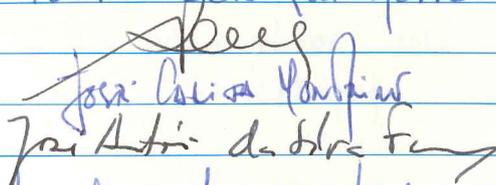
Passou-se e' discussão da Alteração proposta para o Regulamento do Mercado que, após breve esclarecimento do vereador do Pelouro foi aprovada por unanimidade. —

Passou-se de seguida e' discussão da Proposta de Regulamento para atribuição do Pelouro Municipal de Construção Civil.

O deputado Sr. Francisco disse que a Câmara ainda não entendeu a deliberação da Assembleia que deu origem a este documento e que aponta no sentido de serem atribuídos dois pelouros: Um para edificações de até 3, outro para reparações. Propôs, para superar essa confusão, que se constitua uma Comissão encarregada de redigir o Regulamento, de acordo com a proposta aprovada anteriormente nesta Assembleia.

Aprovada a Proposta fizemos nomear o deputado Brazão e um elemento de casa para trabalhar em conjunto com o executivo, de acordo com o deliberado. —

Não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada a sessão de qual se lavrou Acta que passou a ser lida:


José Carlos Lourenço
José Carlos Lourenço

Por vinte e nove de junho de um noventa e noventa e um, pelas dezesseis horas deu-se início a sessão Sessão Ordinária com a seguinte Ordem do Trabalho: —

Primeira: Impugnação do Subito Presidente da Câmara Municipal;
Segunda: Proposta de Substituição do 'Arranjo' do Município do Norte Alentejo;
Terceira: Proposta de Substituição do 'Arranjo Cultural Região Interior Sul Alentejo';

29/06/91

Quinto - Proposta de Alteração do Estatuto no Voto de Alteração de Obr.;
 Sexto: Proposta de Regulamento para Alteração de Voto de Obrários para Condiciona-
 mento: Proposta de Regulamento para Alteração do Município Municipal de Costa Rica
 Sétimo: Proposta para alteração de Votos de Voto do Conselho Municipal (Venda
 de Sepulturas Perpetuas).

No período de antes do orden do dia o deputado José Eduardo pediu
 a palavra para, como disse, na sua qualidade de sócio da Cooperativa
 Agrícola de Alter e membros desta Assembleia sensibilizar a comissão
 para o problema dos afluentes da lagoa que podem, não sendo re-
 solvidos, levar ao encerramento do mesmo. Porque o facto de
 ter a lagoa produzido com um litro de água e recebido um
 milhão de litros de águas justificam do parte da Câmara uma
 maior atenção que não a que se infere do respeito ao facto que foi
 dada a uma carta de Cooperação que supõe a Condiciona-
 mento das lagoas.

O Presidente da Câmara fez um a dar informações da actividade Mu-
 nicipal começando por salientar a sua preocupação com a unidade
 da sociedade dando conta das dificuldades de contacto com o
 Senhor Conselheiro Municipal. Preocupação maior em relação a' alter
 fato, na sua qualidade de sócio e Assessor, pois atenuar a
 mesmas dificuldades que podem levar ao seu encerramento se
 muito não se mudar. No âmbito da actividade permitiu
 o deputado para a informação por escrito que antecipadamente
 foi enviada, não sem antes, respondendo do deputado José
 Eduardo, disse que a Câmara responde sinteticamente a'
 sintética carta da Cooperativa Agrícola, não significando isto que
 não está disposto ao diálogo, bem pelo contrário.

A Presidente do Mesa pediu esclarecimento sobre o Projecto Voto.
 O deputado José Azeite referiu que a Sociedade, Empresa vedada a
 livros, na forma do governo expuser o relatório que deveria
 confirmando ter recebido quando tal não aconteceu e o deputado
 Pastor ainda em relação a' sociedade pensa que em expando
 se este despacho atendendo ao Relatório denunciado de balnear
 por balnear. A D. Antonio Urbán interveio em matéria o Pre-
 sidente da Câmara sobre as causas que levaram a' exclusão

29/06/91

do 3.º ponto CTS do projecto Valorem, respondendo o Presidente que afere na 2.ª Grada Primária são de responsabilidade da Câmara. —
Após apresentação do Ponto três do Orden de Trabalho foi votada a integração do Município de Alentejo do Chão na Associação de Municípios do Norte Alentejano com a aprovação por unanimidade do respectivo Estatuto. —

No Ponto três do orden de Trabalho começou por falar o deputado Pires para convidar a comissão em excessos de Associação que, segundo este, inclusive se sobrepõem no seu âmbito. A Presidente de Mesa por seu lado e quando do falar disse que tem interesse a constituição de Associação porque, através dela, se dialoga mais facilmente com o Governo de forma a fazerem-lo ou a servir de apoio para realização que o mesmo queira implementar. Na mesma opinião se posicionou o deputado Antero adiantando que o acto de associar é um acto natural com interesse a todos os níveis. Após votação foi aprovada a integração do Município na Associação Cultural do Região Interior Sul Tejo (Aquém Tejo) com a aprovação do Estatuto proposto por unanimidade com uma abstenção. —

No Ponto quatro começou por intervir o deputado José Eduardo como membro da Comissão para o trânsito adiantando ser este propósito apenas a facilitar a implementação em estudo. Após consideração de alguns deputados encarecendo preocupações e sugestões para uma futura segunda fase, foi votada a Proposta de Alteração do Estatuto do Vila de Alentejo do Chão tendo sido aprovada por unanimidade. —

No Ponto cinco foi posto à votação a Proposta da Câmara de Regimento para abertura de lotes de terreno para construção tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. —

O Ponto seis iniciou-se com a apresentação do Ponto pelo deputado José Ferreira na qualidade de membro da Comissão seguida por esta Assembleia por formulação de proposta de Regulamento para Atribuição dos Pórticos Municipais de Construção Civil de acordo com deliberações anteriores. O deputado Caete

27/09/91

interior, propuncho que a sea aprovada isto implique a una divulgacion junto da poblacion. Pora a votacion foi a ja referida proposta aprovada por unanimidade.

O foudo sete do sesso reunon-se com uma assistencia do deputado José Aze sobre o papel do Cemiterio de Alton em relação do Cemiterio. Atendendo a que sobraiz a Junta do "Freguesia" esta competência pertencem qual a razão que obriguem a Câmara a deliberar e a gerir toda a actividade no Cemiterio de Alton suendo nas outras Freguesias sob da Junta a fazer-lo.

O deputado José Francisco consultando a lei confirmou que a competência de conservar e gerir o cemiterio e, na verdade, da Junta e não de Câmara.

O deputado Costa o Presidente da Câmara embora de acordo com o deputado José Aze recordaram a antiguidade desta acção pensando que por detrás estivesse razão histórica, pois o mesmo se passa em quase todos os Concelhos. O deputado Costa recordando que é urgente que a Câmara tenha em conta a necessidade de se apoiar numa gestão correcta e moderna dos enterros do municipio em relação ao Cemiterio vltra acção correcta e modernização de hábitos antigos mais dificil de conciliar com o actual custo das variáveis em questão.

Pora a votação a proposta para alteração do Regulamento do Cemiterio Municipal (creche de sepulturas gratuitas) foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar deu o Presidente por encerrado o sesso de onde se levantou Acta que todo o Pleito do Mesa presun a Assinara.

Alcides
 José Manuel Gonçalves
 J. J. J.

Los vinte e sete dias do mes de Setembro de mil novecentos e noventa e uma, pelas vinte e uma horas, deu-se inicio a quarta Sessão Ordinária desta Assembleia, com a seguinte Ordem de Trabalhos: